

6. Considerações Finais

“Se o mar Oceano fosse uma estrada...”. Lendo crônicas para a História da Historiografia.

No ano de 1565, à idade de dezessete anos, Pedro Ordoñez de Ceballos abandonou a cidade de Sevilha e iniciou sua peregrinação pelas cinco partes do mundo. Noviço da Companhia de Jesus desde a infância e auto-intitulado “clérigo agradecido”, fugia da Espanha devido à perseguição de um homem de comércio, cuja esposa, Ceballos galanteara. Durante trinta e cinco anos viajou pela Europa, África, América, onde se ordenou sacerdote em Cárdenas, no Vice-Reinado da Nova Espanha, e prosseguiu viagem pela Ásia, onde viveu na Conchinchina e participou de enlances amorosos com a rainha do Estado.

Novamente posto em risco de vida, rumou para às ilhas do Pacífico. Assim como Fernão Mendes Pinto, o clérigo espanhol atravessou diversos estatus e estados de espírito. Ao longo de trinta mil léguas – o equivalente a quatro voltas ao mundo, desde o Equador – percorridas, foi comerciante, soldado, explorador, marinheiro, corsário e missionário. Apenas quando regressa a Jaen, no interior do reino da Espanha e sua cidade natal, inicia a redação do manuscrito do livro que seria impresso em 1614 – mesmo ano de impressão da *Peregrinação*, de Mendes Pinto, e da *Quarta Década da Ásia*, de João de Barros, por João Baptista Lavanha, em Lisboa.

Impresso em volume de *bolsillo*, a *História, y viaje del mundo* abre as portas para a narração da vida como viagem e peregrinação, descrevendo sucessos e armadilhas que envolvem a deambulação pelas maravilhas do mundo cortado pelo perigo dos mares. No prólogo *al lector*, Ceballos discute como suas memórias poderiam oferecer experiência aos seus leitores e oferece conselho àqueles que pretendiam buscar a sorte nas andanças do Oriente e do Ponente.

Lesle edade de nueve años, querendo asi el Divino Moyses, Christo Jesus, me embyò per este mundo em compañía de sus Exploradores, y por mínimo de sus humildes. Desde esta edade, hasta los quarienta e siete años anduve peregrinando, y viviendo el mundo, andando por él más de treinta mil léguas, como en el progreso desta história se verá, tocando totalas cinco partes dél, Europa, Africa, América y Magallanica. La Europa, como nacido nella, y pisandola en todos sus Reynos, Espanha, Italia, Francia, Alemania, Flandres, y sus Estados; Jerusalén en Siria, visitando todos os Santos Lugares, instrumentos donde se obro

nuestra Redempcion. Puertos en Arabia Feliz, la Caramania, Grecia, Georgia, y la infinidad de Islas del Mar Mediterraneo. La Noruega, Inglaterra, Escocia, Ibernia y Eslandia, Em la parte de Africa, assimismo en Tunez, Ceuta, Marruecos, Fez, Cabo-Verde, los rios en Congo, Puerto en Monomotapa, en el Principado Cefala, Madagascar, y Magadoxo, Abasya y outros. En la Asia, en Filipinas, China, en los reinos de Guachinchina, donde cogì el racimo de la fructa más fértil, pues fue baptizar la Reyna, Virreys, Capitanes, Soldados, y otro gran numero de gente, hasta el Reyno de Champa, y Cabo de Cicir (CEBALLOS, 1614: 8).

E advertindo para o caráter pedagógico de sua obra, sem quaisquer desejos de “alabança”, que não fossem o de levar glória a “Dios” e ensinar aos homens através das “cosas, y prodigiosos sucessos que me han passado”, escrevia:

Este he dexado para libro *de por si*, que con el favor de Dios saldrá à luz, que todo, lo uno, y lo outro, es para los dos fines referidos, la gloria, y honra de Dios, y exemplo para el projimo; y *también para dar algun gusto, pues se dice en general de las historias que lo dán, y qué son grandes el provecho que de ellas s resultan*. Y el Príncipe de la Elocuencia Ciceron, en el Segundo de la Oratoria, alaba las historias con gradiosos nombres, diciendo: La historia és testigo de los tempos, luz de la verdad, vida de la memoria, maestra de la vida, y mesnagero de la antiguedad. Testigo de los tempos, pues por ella sabemos lo acaecido en el mundo, desde su creacion hasta hoy. Luz de la verdad, pues nos enseña con quanta razon la virtud debe ser amada, y lo que con ella alcanzaron los virtuosos; y el vicio aborrecido, y el castigo que merecen los viciosos. Vida de la memoria, porque estaria la memoria como muerta, sino hubiese historia maestras de la vida, pues aprenden los unos de los otros hizieran. Y finalmente es mensageiro de la anteguedad, pues siempre que leemos historias, están con presententes Embaxadores, declarandonos sus creencias. Por todalas dichas razones, y por las demas que dexo, Christiano, y prudente lector, verás que mi zelo de escribir esta estória, no es mi própria alabança, pues como dice Ciceron, no és justo que nadie se alabe a si mismo, sino que e dé glória y honra a Dios, à quien todo se debe (CEBALLOS, 1614: 10).

Certamente, entre a *História*, de Ceballos, e a *Peregrinação*, de Mendes Pinto, as conexões da vida como viagem e aventura, se desenvolvem em polos opostos, mas não contraditórios, donde sobressai a consistência paródica da história e da memória das “prodigiosas cousas vividas”. Próximos aos homens comuns, ambos encenam as discórdias e maravilhas de um mundo posto em movimento acelerado pelas conquistas e descobrimentos ibéricos, sem com isso deixar de lado a zombaria e a crítica aos costumes e aos desejos de riqueza.

Tanto Mendes Pinto quanto Ceballos formulam uma viagem espiritual pela Ásia, da qual resultaria não uma redenção, senão que uma aprendizagem. Mendes Pinto, ao final da vida, diante de suas memórias, lembrava não ter trazido da Índia nem honra nem pecúlio, apenas agradecia a “Deos” por sobreviver aos sobressaltos

por ele passados. Ceballos, apesar de garantir a mensagem missionária de seu livro, não se engana, sugere que seu texto devia ser apreciado também com “gusto”. Nada menos curioso que, ao final do prólogo ao leitor, mencione a Cícero e a passagem em que o filósofo trata da história. A citação recorria à autoridade da *experiência* e da transmissão de conhecimento, para emulação da virtude e prudência de todos os homens, i. e., dos tesouros oferecidos pelas narrativas históricas. Mas Ceballos não era historiador, e todo seu escrito se resume às experiências de além-mar e àquilo que viu, ouviu e sentiu no deambulo de sua vida. A noção vigente de *historia magistra vitae* poderia ser recolhida aos escritos de memória e biografia sem incorrer em equívocos, mas adiante, o clérigo advertia que sua obra não era fábula ou narrativa patranhosa, senão que lembrança verdadeira, o que, por si mesmo, justificava a aparição do *topos*.

Podemos imaginar com quanto prazer os leitores de Mendes Pinto e de Ceballos degustaram seus livros, comprados a preços módicos, nas tendas de livreiros em Lisboa e Sevilha. Na altura do século XVII, este gosto por narrativas de viagens consolidava um mercado de livros, alvo de grandes afluxos de investimentos e de recorrente demanda por novas edições. Os livros e os homens estavam em toda parte e o conceito de *experiência*, definida por João de Barros como *madre de todas as cousas*, permitia emergir uma consciência a respeito do corpo, profundamente ligada ao pensamento humanista científico e letrado, que traduzia em narrativas a consciência e presença do mundo.

No livro primeiro da *História da conquista da Índia pelos Portugueses*, Fernão Lopes de Castanheda reconhecia que a verdade de sua obra consistia no fato de ter passado vinte anos no Estado da Índia e ter visto e ouvido coisas que lhe garantiam a mensagem verdadeira dos acontecimentos. Estratégia retórica e método de época, a visão e a audição, presente em todos os relatos históricos desde a Antiguidade, ofereciam certa primazia do *corpo* que, em conjunto ao *logos*, permitia o enunciado da verdade. Barros e Couto e todos os demais viajantes dos séculos XV, XVI e XVII, também usariam do modelo de *experiência* e do detalhe do corpo para justificarem a veracidade dos relatos narrados.

O corpo do historiador e do viajante, corpos masculinos, representam os movimentos da vida e do mundo¹. Barros não esgotava as recordações, na *Ásia*, a respeito dos “anos gastos nessa escritura de vossa Edyficaçam” – e fazia menção tanto ao corpo jovem quanto ao corpo velho do letrado que foi e que era. “Peso” e “gravidade” eram símbolos da razão letrada e do reconhecimento da austeridade representada do historiador. Seu corpo era continuado – ao modo de uma extensão – pelos documentos, coleções, livros e mapas que acumulava. Castanheda e Couto modulavam a imagem de seus corpos seguindo a tradição de Fernão Lopes, do século XIV, ao se mostrarem homens ativos, frente à ordenação dos Arquivos do Tombo, na distante Goa, a partir dos quais escreveram os livros de suas narrativas. O corpo do arquivista e do historiador se juntava ao corpo do viajante e do estrangeiro.

Esses corpos masculinos e cristãos que contavam as ascensões e declínios da virtude no império português, prometiam fazer presentes imagens do mundo, e relatavam com demasiado decoro e eloquência a *diversità del mondo* que transcorria entre movimentos monstruosos dos mares e da delicadeza de maneiras com as quais os “Chijns” apareciam nos textos. Pela descrição do corpo, que sustenta a linguagem, poderiam os canibais das Etiópias e os corsários do Mar da China se materializarem nas letras portuguesas. Lugar-comum dessas letras, o “negrume” dos povos africanos e a “alvura” dos cidadãos de Cantão, congregavam-se ao “dourado” da África e ao “colorido” da Costa do Malabar. Conectados às mercadorias, o corpo dos conquistadores aparecia como meios de fruição das riquezas e da representação do estado das conquistas. Do mesmo modo, era saliente em Couto a repreensão da maneira como os governadores e vice-reis da Índia usavam as “mãos” e punham “os pés acima de tudo”, para desviarem recursos da Fazenda Real. Metáforas pesadas que advertiam das marcas físicas da corrupção.

¹ Para uma compreensão sobre a natureza e artifício do corpo e da corporalidade no Renascimento, ver NEVILLE, Jeniffer. *The Eloquence of Body. Dance and Humanist Culture in Fifteenth-Century Italy*. Indiana: Indiana University Press, 2004; KALOF, Linda. *A cultural history of the human body in the Renaissance*. Nova Iorque: Bloomsbury, 2014; COOTER, Roger. “The turn of the body: history and politics of the corporeal”, *Arbor*, 2010, n. 743, vol. CLXXXVI, pp. 393-405; NICOLAZZI, Fernando. “O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história”, *História da Historiografia*, 2013, Ouro Preto, n. 13, pp. 63-77; CARVALHO, António Vilhena de. “A escrita da história na China: O historiador sem alternativa? Ensaio bibliográfico”, *Ler História*, 2017, n. 70, pp. 219-130.

E lembremos que a marca indelével das várias gerações de autores da *Ásia* está na forma como os corpos dos personagens das narrativas se aculturam – se africanizam e se asiatizam -, mas que também *aportuguesam* aos povos orientais. Em ambos os cronistas da *Ásia* portuguesa, Barros e Couto, o estrangeiro deambula *ao lado* dos portugueses, numa relação anímica e metafórica do modelo corporativo adotado pela concepção de império manuelino e joanino. Por vezes, estes corpos estrangeiros – denominados infieis – representam a rebeldia dos vassallos que, imbuídos da promessa religiosa de fazer guerra contra invasores do Islã, afrontam a governança portuguesa e desafiam as próprias redes de clientelagem e manutenção do poder nos reinos hindus. Zain al-Din al-Mabari é um exemplo de como a conjugação de corpo, alma e cultura responde às novas *maneiras* – católicas e comerciais – impostas pelos portugueses, – *al-faranji* – no Índico, eram suscetíveis de desaprovação.

O denodo com que representa as ilicitudes dos comportamentos luso-goeses no Oriente faz de Diogo do Couto um precursor dentre os letrados das letras de vitupério, ao retratar as faltas e erros cometidos durante o processo de conquista. As denúncias de roubos e agravos cometidos às rendas da Coroa, as injustiças feitas pelos administradores e a pouca atenção do Reino para com estes crimes, considerava com muito lamento e grande alarde, que as letras estavam perdidas para a adulação interessada e os dinheiros que fluíam mansos para dentro das algibeiras. Essas associações entre a manifestação do horror ao descomando do Estado e as paixões insaciáveis dos indivíduos, representava o corpo dos portugueses orientalizados como enclaves de pecados e vícios. A vergonha e o decoro são importantes, nesse sentido, porque produziam efeitos retóricos de representação da matéria ética e virtuosa, constantes dos clássicos latinos e escolásticos, pintando em cores vivas os inúmeros trabalhos e desserviços que corriam no Estado da Índia.

João de Barros, Diogo do Couto e Fernão Mendes Pinto fornecem uma visão dos apetites do corpo e da alma que abrem as rotas para a experiência e o imaginário do Oriente no Ocidente. Presente em todas as páginas do *Ásia*, a mercadoria consiste no fundamento da expansão e, por isso, se tornara uma espécie de Dédalo das letras e do pensamento quinhentista português. No prólogo da *Quarta Década*, que saíria à prensa no século XVII, após João Baptista Lavanha adquirir os direitos sobre a obra do cronista em contenda judicial com os herdeiros de Barros, o já velho

funcionário e letrado escrevia, contra as murmurações e críticas sofridas por sua obra, que não temia o riso e a chalaça:

Sem temor de tanta língua – e achando-se no fim da vida com as mãos vazia, embora muitas vezes ‘com a face vermelha, cabeça baixa e paciente, o peito por terra como lela vassalo’, não descansou até arvorar à vista de todos a bandeira de suas *Décadas*, mais bem recebidas pelos estrangeiros que aprovadas e agradecidas pelos naturais (BARROS, *apud* COELHO, 1992: 63).

Proporcionalmente à crítica do poder e da riqueza, Barros oferece uma defesa do engenho e da arte – algo visível em todas as suas obras, a de que o reconhecimento dos indivíduos se dava pela natureza e arte, e mais ainda pela última, que sintetiza o esforço e estudo. E, ainda no prólogo da *Década Quarta*, respondia àqueles que o acusavam de ter gasto toda sua fortuna:

Aristóteles respondia a um persa que o acusava de ser rico: não queria que ignorantes príncipes fossem senhores dele por bens de Fortuna, pois ele era senhor dos mesmos príncipes por bens de entendimento. Cá era outra cousa contra a Natureza ser a ignorância senhora da ciência. E a pobreza cativa a liberdade de engenho na ocupação do necessário (BARROS, *apud* COELHO, 1992: 64).

Contra os vitupérios de seu ofício e as murmurações de uso desvairado de seus dinheiros, que corriam à boca pequena na corte, rememora, no último texto que escreveu em vida, uma minuta para seu testamento:

Eu tenho muytas dívidas, as quaes são sabidas por minha molher e filhos em cuja companhia e por cuja sustentação as fiz todas [...] e falando maes verdade propriamente forão feitas por El-Rey Nosso Senhor. Não as nomeo porque vou pagando e minhas são (BARROS, *apud* COELHO, 1992: 65).

Insistia que havia usado seus bens e recursos em favor do Rei e de seus saberes. Afastado da corte e do ofício de feitor da Casa da Índia desde o falecimento de D. João III, é provável que intrigas e murmurações no Paço da Ribeira tenham feito Catarina de Áustria, regente do Reino e do Império, demiti-lo do cargo. Prova de que o infortúnio dos homens de letras não era pior em Lisboa que em Goa. Couto, também afastado dos favores régios, pouco lucrou com a venda de seus livros e o defeso estado de suas letras contra os poderosos locais lhe valeu insultos e tentativas de assassinato, como demonstra a maioria de seus biógrafos. Ventura semelhante

se passou a Gaspar Correa, apodado Políbio português, morto em Malaca, a mando do governador Estevão da Gama. Perigoso ofício o de historiador, que, malgrado “campo” e “agro” de virtudes, parecia não atingir aos leitores, movendo-os a praticarem ações virtuosas e honestas.

Interessa à história da historiografia que os processos de leitura da história demonstrem percalços distintos daqueles de sua escrita. E, nesse sentido, que leitores e historiadores sejam sujeitos de representação que não se coincidem na mesma medida que o historiador-leitor se assegura êmulo de seus congêneres passados. Na preciosa linguagem dos cronistas de Quinhentos, a história pátria, pequena parte de uma história do mundo, se associava aos discursos de poder que formulavam, muitas vezes de par aos interesses mercantis, outras vezes contrários a estes mesmos interesses, uma noção universal, global e imperial da conjunção dos povos sob a ordem da justiça cristã, a qual se associava, ao mesmo tempo que adquiria certa fisionomia autônoma, a *utopia* de uma República Letrada, a serviço do Entendimento e da Razão. Essa utopia se esgarçou tempramente, prova disso são as inúmeras recorrências à crítica à mercantilização da vida e do espírito em Barros, Couto e Mendes Pinto.

Na ausência de uma enunciação própria dos cronistas com relação à efetividade da aprendizagem da história como êmula de virtudes e saberes, um quadro dramático pode ser observado durante os anos que seguem à impressão dos livros da *Ásia*, entre 1552 e 1616: o descompasso entre uma noção de história e a emergência de um estado de coisas que a tornava intangível ao exemplo. Quando escreveu que “se o Mar Oceano fosse uma estrada, estaria calçada de ossos dos Portugueses, perdidos em tam prigosa viagem”, Diogo do Couto pensava nas razões, persistentes na natureza humana, que levaram aos patrícios insistirem nos trajetos oceânicos. E sua respota, claro, estava alinhavada à concepção que tinha da decadência da Índia: busca de fortuna e aventuras.

Essas visões ou versões da Ásia, no entanto, se emaranham com uma versátil exposição dos modos de ser e existir no “mundo inteiro”, formatando uma concepção cosmopolita das partes do *orbis* que integra as diversas raças dos filhos de Adão e Eva. No Renascimento português, a linguagem séria e rigorosa da história de João de Barros determinava certa segurança do olhar a respeito do *diferente*, abrigando o diverso no idêntico. A ideia de que o “homem era um mundo pequeno”, centralizadora do humano e de suas humanidades diferentes, mantinha-

se nos textos de João de Barros afrontando noções conservadoras a respeito da origem dos homens e dos reinos conquistados por Portugal. Não havendo nenhuma razão para acreditar que os homens, por natureza, precedessem uns aos outros, Barros avaliava que todos eram “próximos por racionais e enquanto vivos em potência e caminho para a congregação evangélica”.

Uma ideia curiosa a respeito disso e que Barros descreveu no diálogo do *Ropicapnefma*, de 1535, era a de que diante da expansão portuguesa pelos continentes africano, americano e asiático, não se podia deixar de notar que os cristãos eram uma pequena minoria se comportando como a rã da fábula de Esopo, que desejando ser do tamanho de um touro, encheu-se de tal maneira que explodiu a si mesma. Quando terminou a redação do volume quarto da *Década da Ásia*, Barros poderia ter notado com melhor precisão que ao fim, sua obra historiográfica representava a encenação de um império o qual seu livro restava como uma antiguidade, como uma representação que havia ocupado o lugar do objeto representado.

A história, nesse sentido, seria capaz de ensinar?

Barros e Couto permaneceriam em
desacordo sobre o
assunto.

